



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Relatório de Inflação

Dezembro 2016 - Edição Nº 12



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador

Maria Izolda Cela – Vice Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Hugo Santana de Figueirêdo Junior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Relatório de Inflação – nº 12 – Dezembro de 2016

Equipe Técnica

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)

José Freire Jr. (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Relatório de Inflação

É uma publicação mensal dos principais índices de inflação do Brasil calculado pelo IBGE (INPC/IPCA) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e de outras nove regiões metropolitanas além do Distrito Federal e municípios de Goiânia e Campo Grande.

Nesta edição

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi a única região nacional que apresentou IPCA acima de 8%, com 8,34% de alta, seguida de Campo Grande (7,52%) e Recife (7,10%).

O IPCA nacional, por sua vez, em 2016 foi de 6,29%, ficando abaixo do acumulado de 2015, que havia sido de 10,67%. Esse resultado final encontra-se abaixo do teto da meta de 6,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), embora ainda fora do centro da meta de 4,5%.

O INPC da RMF também foi o maior índice regional registrado do país. No nacional, o acumulado de 6,58% no ano de 2016 representa uma substancial redução com relação a 2015, que apresentou acumulado de 13,81%.

1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou o percentual de 0,60%, em dezembro de 2016, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), substancialmente acima ao registrado ao mês de novembro, quando havia apresentado alta de apenas 0,13%. Destaca-se que essa variação da RMF é a quarta maior do país, ficando atrás de Brasília (1,12%), Campo Grande (0,70%) e Vitória (0,63%). No caso do IPCA nacional, o índice foi de 0,30%, tendo em novembro registrado 0,18%. Esses resultados estão contemplados no Gráfico 1.1 e na Tabela 1.1 a seguir.

O Gráfico 1.1 a seguir revela também que o IPCA de dezembro tende a apresentar forte aceleração. Para a RMF, o valor de 2016 foi de forte recuo quando comparado ao de dezembro de 2015, quando havia registrado 1,45%. Apenas em 2011 alcançou valor inferior, que foi de 0,50%. Para o caso nacional o IPCA de 0,30% em dezembro de 2016 é também bem inferior ao de dezembro de 2015, quando havia atingido 0,96%. Destaca-se que esse é o mais baixo desde dezembro de 2008, quando havia registrado 0,28%.

Gráfico 1.1: Série Histórica IPCA Mensal Dezembro – Brasil e RMF



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

No acumulado do ano de 2016, a RMF foi o destaque nacional, tendo sido o único índice regional a ter fechado acima de 8%, com 8,34% de alta, seguida de Campo Grande (7,52%) e Recife (7,10%). O IPCA nacional no acumulado de 2016 foi de 6,29%, ficando abaixo do acumulado de 2015, que havia sido de 10,67%. Esse resultado final encontra-se abaixo do teto da meta de 6,5% estabelecida pelo Conselho Monetário

Nacional (CMN), embora ainda fora do centro da meta de 4,5%. Os dados estão disponíveis na Tabela 1.1 a seguir.

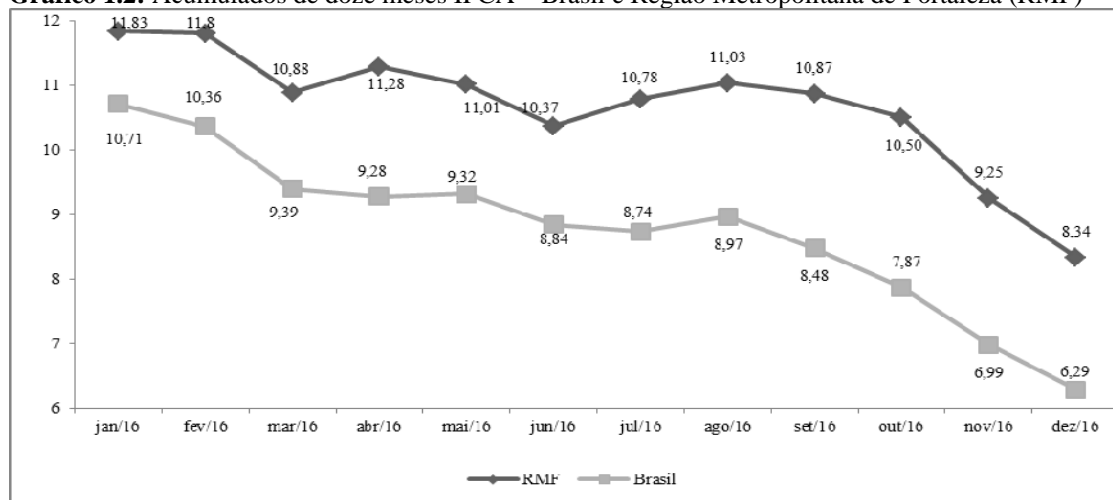
Tabela 1.1: Variação do IPCA – Setembro /Agosto e Acumulado do ano

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Acumulado do ano (%)
	Novembro	Dezembro	
Brasília	0,28	1,12	5,62
Campo Grande	0,43	0,70	7,52
Vitória	0,30	0,63	5,11
Fortaleza	0,13	0,60	8,34
Recife	0,60	0,43	7,10
São Paulo	0,26	0,35	6,13
Salvador	-0,05	0,32	6,72
Rio de Janeiro	0,04	0,25	6,33
Belo Horizonte	0,16	0,24	6,60
Belém	-0,14	0,20	6,77
Curitiba	0,16	0,14	4,43
Goiânia	-0,31	0,05	5,25
Porto Alegre	0,37	-0,04	6,95
Brasil	0,18	0,30	6,29

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 1.2 apresenta o acumulado dos últimos doze meses tanto da RMF como do Brasil com relação à evolução do IPCA. Em ambos os casos a tendência de desaceleração dos preços acumulado ocorre principalmente desde julho de 2016. Na RMF, embora o componente inercial ainda seja forte a desaceleração nos últimos meses vem ocorrendo de forma mais intensa.

Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2. Variações por Grupos e Itens

O Grupo Alimentos e Bebidas sofreu uma elevação no mês de dezembro de 2016 de 0,50%, a segunda maior variação neste grupo no Brasil, puxada principalmente, pelos subitens Pescados (4,78%), Frutas (6,18%) e Tubérculos, Raízes e Legumes (8,38%). Por outro lado, dos dezessete subitens pertencentes a este grupo, quatro sofreram deflação, destacando-se os Cereais (-2,67%) e os Leites e derivados (-1,88%). O percentual acumulado do ano de 2016 deste grupo alcançou os dois dígitos (12,05%), a maior variação do país. Cabendo aos subitens Leite e Derivados (21,5%), Frutas (21,52%), Farinha e massas (22,48%) e Cereais e Leguminosas (36,47%), serem os principais responsáveis por esta alta nos preços.

O grupo Habitação apresentou uma deflação (-0,12%), puxado principalmente por uma forte queda no subitem Energia Elétrica Residencial (-2,00%) e nenhuma variação no mês de dezembro no subitem Combustíveis (Doméstico). Em compensação, o acumulado de 2016 foi de 6,47%, sendo o subitem Artigos de Limpeza o principal responsável, com uma variação de 10,46%.

O grupo Transportes, que tem um peso importante no consumo das famílias, teve uma variação de 1,06%, por causa principalmente, do aumento nos preços ocorridos nos combustíveis de veículos (3,82%) e transporte público (0,9%).

A variação nos preços do grupo Educação em dezembro foi de 0,12%, onde dois dos subitens associados ao grupo tiveram aumento em seus preços. Os dados estão resumidos no Gráfico 2.1.

Tabela 2.1: Variação por Grupos de Despesa e Ponderação do IPCA

Grupos de Despesa	Variação no mês (%)	Distribuição Percentual por Grupos de Despesa
Índice Geral	0,60	100,0
Alimentação e Bebidas	0,50	33,58
Habitação	-0,12	13,95
Artigos de Residência	0,36	4,21
Vestuário	0,67	6,45
Transportes	1,06	15,43
Saúde e Cuidados Pessoais	0,46	9,73
Despesas Pessoais	1,99	9,36
Educação	0,12	4,31
Comunicação	-0,05	2,92

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) tem similaridade ao IPCA, diferenciando-se por abranger famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos. Na Tabela 3.1 são apresentados o acumulado do INPC para os anos de 2015 e 2016 da RMF, Brasil e demais áreas pesquisadas.

Como observado, a RMF acumulou a maior alta de 8,61% em 2016 no INPC, contra 11,45%, em 2015. Curitiba foi a região que acumulou a menor alta, de apenas 4,21%. No nacional, o acumulado de 6,58% no ano de 2016 representam uma substancial redução com relação a 2015, que apresentou acumulado de 13,81%. Embora tenha havido redução de 7,23 p.p. em um intervalo de um ano, o INPC ainda encontra-se levemente acima do teto da meta estabelecida pelo CMN com relação ao IPCA.

Tabela 3.1: Variação do INPC – Acumulado do Ano 2015/2016

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Anual (%)	
	2015	2016
Fortaleza	11,45	8,61
Recife	10,39	7,74
Salvador	9,96	7,40
Campo Grande	10,45	7,16
Porto Alegre	11,74	6,90
Belém	9,86	6,87
Belo Horizonte	9,71	6,49
São Paulo	12,02	6,48
Rio de Janeiro	11,86	6,23
Vitória	9,50	5,54
Goiânia	12,19	5,36
Brasília	11,47	5,16
Curitiba	13,81	4,21
Brasil	11,28	6,58

4. Considerações Finais

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi a única região nacional que apresentou IPCA acima de 8%, com 8,34% de alta, seguida de Campo Grande (7,52%) e Recife (7,10%).

O IPCA nacional, por sua vez, em 2016 foi de 6,29%, ficando abaixo do acumulado de 2015, que havia sido de 10,67%. Esse resultado final encontra-se abaixo do teto da meta de 6,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), embora ainda fora do centro da meta de 4,5%.

No caso do INPC, a RMF acumulou a maior alta de 8,61% em 2016 no INPC, contra 11,45%, em 2015. No nacional, o acumulado de 6,58% no ano de 2016 representa uma substancial redução com relação a 2015, que apresentou acumulado de 13,81%.